

INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES
Um Projeto de Responsabilidade Social da Universidade via Extensiva

Elói Martins Senhoras – UNICAMP
Katiuchia Pereira Takeuchi – UNICAMP

Resumo A exigência de que a universidade apresente respostas aos problemas econômicos e sociais e a crescente transformação da ciência em força produtiva reclamam o privilegiamento de ações extensivas de responsabilidade social junto às comunidades locais. Diante destas demandas, o objetivo deste artigo é mostrar que através da incubação de cooperativas populares e com determinadas estratégias, a universidade pode tornar-se mais efetiva e responsável, através do redesenho dessas organizações e assim, influenciar de forma significativa no bem-estar da sociedade em geral.

Palavras chaves: Extensão, incubação de cooperativas populares, responsabilidade social, universidade.

Abstract; The requirements to have the university solving economic and social problems and the increasing status of science as productive force have been a driving force claiming for the social responsibility of university likewise communitarian activities. The main goal of this article is to show that the incubation of popular cooperatives and some strategic planning are strong enough answers to make universities more responsible and effective while acting on this organizations, thus influencing at the welfare.

Keywords : Communitarian activities of universities, popular co-ops, social responsibility.

1 - Introdução

A universidade desde seu surgimento em tempos medievos e seus desenvolvimentos posteriores, vivencia na atualidade um momento histórico único, a chamada *crise pós-moderna*.

No caso brasileiro, em particular, um fator desmoralizante da atuação acadêmica tem sido as estratégias de luta do movimento estudantil e dos professores, há muito tempo convergente em seus objetivos e agora ineficazes pela gama de diferentes efeitos da globalização em nível mundial. Até recentes tempos, as lutas eram convergentes na medida em que a ditadura militar oferecia um alvo comum para as diferentes demandas sociais. Redefinido esse problema conjuntural com o processo de “redemocratização” do país, cada segmento teve que buscar sua identidade, encarcerando-se em suas próprias transitoriedades enquanto categorias sociais.

Diante dessa crise acadêmica, faz-se mister uma maior inserção das universidades nos problemas sociais relativos aos locais de sua atuação de forma a contemplar a *praxis* interdisciplinar docente e a complementação acadêmica discente através de projetos em extensão social.

Este posicionamento leva à perspectiva de uma aprendizagem que conduza ao entendimento de que a construção da cidadania far-se-á em função da participação da universidade junto à sociedade e à mudança dos processos sociais. Portanto, os objetivos educacionais deverão priorizar a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos jovens.

Em todas as épocas, o objetivo maior da educação foi, é, sempre será, a integração do indivíduo à sociedade na qual está inserido, como um cidadão não só participativo e produtivo, mas também auto-realizado.

Mudanças de século são propícias, como prova a história, a ensejar uma inquietação cultural, que deságua em transformações inevitáveis. A universidade estará preparada para viver com intensidade esse momento, se colocar em prática a realidade de que no terceiro milênio, a educação não pode ser necessariamente a mesma do século passado.

Para tanto, é preciso encontrar um meio para acelerar as mudanças internas nas universidades, transformando-as de tal forma que voltem a desempenhar um papel de vanguarda na educação, pesquisa e extensão.

As incubadoras de cooperativas populares (ICPs) são essas respostas que têm surgido no âmago da universidade e que tendem a se tornar um importante referencial para discutir e propor alternativas para o século XXI.

2 - As atividades da extensão

As atividades de extensão desenvolvidas pelas universidades são alvo de discussões por diversos autores que em suas concepções tratam a extensão com enfoques diferentes. Sem uma definição uniforme, a extensão muitas vezes fica relegada a um plano inferior, sendo denominada o “primo pobre” das três funções da universidade, o “algo a mais”, “a terceira função em ordem de importância” (Demo, 1980).

O oferecimento de cursos, seminários, palestras e serviços específicos são, sem dúvida, atividades importantes da universidade enquanto função extensionista. No entanto, o que se pretende mostrar é a amplitude da extensão, ou seja, a extensão vista como uma atividade de projeção responsável da universidade em seu meio:

A extensão pensada como uma modalidade de compromisso social da universidade que se efetiva através da prestação de serviços, sobretudo, dirigida aos ausentes da universidade, tendo como objetivo maior e meta final a integração e a melhoria da vida das comunidades abandonadas e desintegradas (Fagundes, 1986: 108).

O desenvolvimento da extensão é um mecanismo de integração com a comunidade, o saber produzido tem um destino social, preocupando-se com a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Essa concepção de extensão coloca a universidade como centro da ação sociológica através da prestação de serviços a sociedade. Não obstante, a prestação de serviços é apenas uma das dimensões da extensão, talvez a mais importante para a sociedade devido a amplitude dos projetos, mas não a única. Outro prisma da extensão, talvez a dimensão mais importante para a universidade, é o seu caráter de reflexão crítica através dos estudos possíveis da inserção junto à comunidade.

Essas dimensões inserem, portanto, a extensão como um vetor de comunicação da universidade com o seu meio, possibilitando sua realimentação face à problemática da sociedade e propiciando uma reflexão crítica à revisão permanente de suas funções próprias de ensino e pesquisa (Rocha, 1980).

Assim, o desenvolvimento de ações positivas junto às comunidades depende da atuação da universidade, no sentido de projetar-se em seu meio, aproveitando seu potencial criativo, para propor soluções aos problemas da sociedade em que se insere. A extensão na prática pode tomar as mais variadas formas, o que deve ser considerado e que se torna relevante é a troca de informações entre a universidade e a comunidade, o resultado desta integração.

Uma relação universidade-sociedade torna-se mais estreita à medida em que a universidade participa mais ativamente na tentativa de solucionar os problemas locais. É através da pesquisa e da extensão que a universidade atinge seus objetivos no sentido de impulsionar o desenvolvimento, atendendo aos diversos setores da economia local.

Desta forma, a integração entre a universidade e sociedade contribui para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos, capazes de participar criticamente na formulação de propostas para o desenvolvimento local auto-sustentável.

3 - A Responsabilidade Social na Universidade: Uma Estratégia de Gestão Extensiva

A sociedade contemporânea está passando por uma série de modificações estruturais que requerem a avaliação das responsabilidades sociais das universidades e a busca ao alinhamento deste esforço à realidade que existe fora de cada uma destas instituições. Por isso, os apelos de que a universidade tem compromisso com as classes populares está presente em nosso cotidiano.

A idéia de que o conhecimento produzido, além de sua função precípua, tenha de dar conta dos problemas sociais e culturais da maioria da população é hoje uma constante nos discursos acadêmicos, mesmo que os mecanismos presentes nas estruturas econômicas de poder atuem exatamente ao contrário. O importante, porém, parece ser entender que a universidade não está numa redoma, protegida socialmente; ao contrário, ela tem estado na berlinda e tem feito parte de lutas.

Essas constatações anunciam a necessidade de entender a universidade e as formas de tomada de decisão nela instaladas, de uma maneira mais ampla. Não mais se pode restringir esse entendimento ao específico do acadêmico e das estruturas da ciência. É preciso que se ampliem os referenciais de análise, para que se ampliem os referenciais da responsabilidade social, e que com isso se tenha clareza das implicações estruturais.

A responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela (Cardoso e Ashley, 2002).

Segundo Melo Neto e Froes (2001), a responsabilidade social tem duas formas de ação: os projetos sociais e as ações comunitárias. As ações comunitárias são feitas através de outras entidades, que recebem repasse de recursos. É uma forma de ação indireta sobre a comunidade, onde a gestão é feita por terceiros. Essas ações se caracterizam por doações e apoio a essas entidades. Na maioria das vezes, as ações comunitárias não se utilizam ações de comunicação e marketing. Por outro lado, os projetos sociais têm ação direta na comunidade, já que a gestão é feita pela própria organização.

Pensar a universidade do futuro é, pois, refletir sobre as possibilidades de organização política e social e antecipá-las, entendendo que a academia não é uma ilha de neutralidade, mas que, muito antes, suas alternativas serão sempre imbricadas naquelas que pode ser viabilizadas na macroestrutura sócio-político-econômica do país.

No Brasil, entretanto, a *responsabilidade social* é um fenômeno relativamente recente, em especial quando discutido quanto sobre a nova postura ética das organizações universitárias. Essa postura ativa em relação aos problemas sociais gera, de um lado, ganhos para a parcela da comunidade que é beneficiada, e de outro, melhorias na imagem da universidade perante a sociedade. Há também a possibilidade de aprendizado e desenvolvimento pessoal para aqueles que trabalham por causas sociais.

Como o bem estar comum depende, cada vez mais, de uma ação cooperativa e integrada, num processo de desenvolvimento que coloque como metas a preservação do meio ambiente e a promoção dos direitos humanos, a dimensão da questão social no Brasil torna imprescindível a participação das universidades no seu enfrentamento. Essa participação está tendo o seu perfil alterado, passando de um assistencialismo que não leva a grandes transformações, incorporando o seu papel de agente de mudanças, apoiando projetos e iniciativas sociais inovadoras, em condições de resgatar a auto-estima, o sentido de cidadania e o potencial das comunidades.

Nesse contexto, é relevante ressaltar a presença dos projetos extensivos de universidades de *Incubação de Cooperativas Populares* (ICPs) como importantes agentes de promoção do desenvolvimento econômico e do avanço tecnológico e que são possuidoras de grande capacidade de criação e de geração de recursos.

Nesse sentido, uma universidade socialmente responsável é aquela que consegue criar métodos, planos e incentivos para que, interna e externamente, seja identificada como uma instituição socialmente responsável e cidadã.

A análise sobre a responsabilidade social das universidades pode ser incorporada como planejamento estratégico das mesmas, de maneira formal, visando a produzir resultados concretos, trazendo retorno a todos os que estão envolvidos no processo.

4 - As transformações no mundo do trabalho e a economia solidária

A situação atual do mercado de trabalho, e em especial das condições da economia brasileira, têm levado a um intenso debate sobre as formas de superação do desemprego e da precarização do trabalho, e dos efeitos sociais e econômicos desta situação.

A economia solidária, da forma como ela se apresentou na América Latina ao longo da última década, aparece como uma alternativa economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável ao estado atual da economia e do mercado de trabalho.

Em outras palavras, a formação de iniciativas econômicas baseadas nos princípios da autogestão não resultou de uma formulação acadêmica sobre as possibilidades de superação das contradições do mercado de trabalho, senão como um movimento sócio-econômico autônomo, caracterizado pela agregação de pessoas que necessitavam encontrar formas efetivas de sobrevivência econômica e que, influenciadas por seu ambiente social ou pela vivência dos movimentos sociais dos últimos anos, se colocaram em movimento para a formação dessas iniciativas associativistas.

Na forma de empresas de autogestão, de cooperativas populares autogestionárias ou de associações de produtores dos mais diversos ramos de bens e serviços, a economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio da socialização destes meios. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção,

cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperados (Singer, 2000).

Se observarmos atentamente o rol de iniciativas estudadas pela bibliografia existente, perceberemos que ela tende a submeter, a um mesmo conceito – o de “Economia Solidária” – três ordens diversas de ação social, a saber:

(1) As formas associativas tradicionais de produção e consumo – as cooperativas, orientadas pelo e para o mercado, inclusive no tocante às relações típicas do mercado de trabalho, de propriedade e de relação de trabalho internas;

(2) As formas de apoio e fomento às iniciativas de produção e consumo associativas, como agências de crédito ou formação de quadros; e finalmente,

(3) Experiências de um novo tipo, que associam, ao mesmo tempo, em maior ou menor grau e ênfase, os seguintes elementos: a) representam ações de resistência ao desemprego e à precariedade do trabalho; b) a propriedade, o trabalho e seu resultado são compartilhados entre os trabalhadores (ausência de assalariamento); c) gestão participativa (autogestão); e d) inserção cidadã das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa nas definições políticas de sua comunidade etc.

Como se sabe, as formas associativas de produção econômica, a rigor, existem desde muito antes das formas de apropriação individual sobre o produto do trabalho ou sobre seus instrumentos. Ainda que modos de produção muito diferentes tenham dominado cenários históricos distintos, em suas formações sociais coexistiam outros modos de produção que não ocupavam papel preponderante nas relações sociais.

Entretanto, as formas específicas e diferenciadas como se caracterizou a sociedade capitalista – predominantemente urbana e industrial, com a supressão das diferenças legais de estatuto social entre classes sociais e com o emprego intensivo no conhecimento técnico-científico em todas as áreas da atuação humana (o que inclui as gestões micro e macro-econômicas) – delineou a formação social capitalista como algo muito diferente de seus predecessores históricos, que guardam muito mais semelhanças entre si.

Porém, o “novo associativismo” dos anos 1980/90 surge na Europa e no Brasil sob o signo da decomposição de um padrão de regulação anterior, porém de um padrão que não era o mesmo lá e aqui. Parece bastante evidente que a situação conjuntural do mercado de trabalho – marcada pela recessão dos anos 90 e pelos efeitos das políticas econômicas neoliberais sobre ela – situa-se num quadro estrutural mais amplo, marcado por uma contradição marcante entre o aperfeiçoamento das técnicas e tecnologias de produção, de um lado, e o formato atual da divisão internacional do trabalho e da distribuição da riqueza, de outro, caracterizados pela flexibilização dos mercados de trabalho que vêm acompanhados da concentração da renda, do desemprego e da precarização da maioria dos postos de trabalho.

Neste sentido, o desenvolvimento de formas alternativas de trabalho e de geração de riqueza (e de renda), que sejam ao mesmo tempo capazes de incorporar novas tecnologias e gerar mais postos de trabalho, é um desafio que o presente já nos coloca e que aponta para o futuro das relações de trabalho e de repartição da riqueza. Ou seja: se for possível compor políticas públicas de desenvolvimento econômico que comportem esta compatibilidade entre avanço tecnológico e ampliação do mercado de trabalho, e que ao mesmo tempo preservem os direitos do consumidor e o meio ambiente, então será possível pensar em reverter a lógica atual da exclusão social, da crônica recessão econômica e da destruição ambiental.

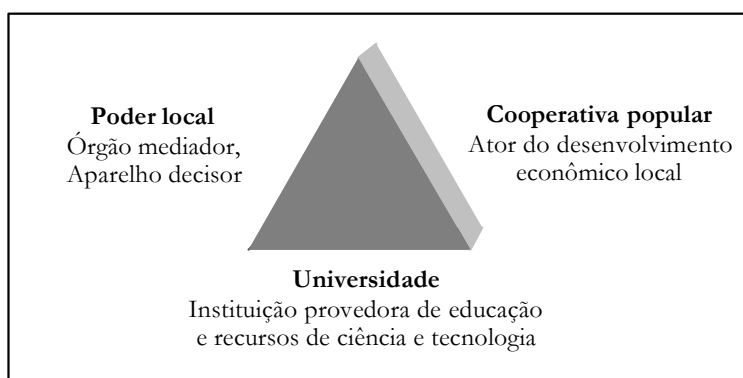
Se os objetivos deste movimento, que é sócio-econômico, forem atingidos plenamente: (a) centenas de trabalhadores recuperarão não apenas seus postos de trabalho e uma vida materialmente digna, mas também sua auto-estima e sua capacidade de participar ativamente da cidadania, e (b) a universidade estará re-inscrevendo-se em sua própria tradição – da busca da inovação aliada à solução dos problemas sociais.

5 - Responsabilidade Social e Extensão: Um Desenvolvimento via Incubação de Cooperativas Populares

As Incubadoras, de um modo geral, consistem em prédios que reúnem vários pequenos empreendimentos que estão começando, e que na sua grande maioria situam-se nos setores mais dinâmicos da economia. Nas incubadoras, as empresas recebem apoio, capacitação e facilidades de infra-estrutura para os primeiros anos da sua existência, até se consolidarem no mercado e poderem andar por conta própria.

No período recente, verifica-se um maior interesse das Universidades (juntamente com outras instituições e com os governos estaduais) nos projetos de implantação de incubadoras, como forma de fornecer infra-estrutura para as microempresas começarem a funcionar. Ademais, a ampliação do número de incubadoras torna-se uma forma de estimular e contribuir para o desenvolvimento regional (Figura 1).

Figura 1 - Tripé de Parcerias na Incubação



Fonte: Elaboração Própria.

Dessa forma, as incubadoras tornam-se um meio eficaz de facilitar o caminho que deve ser seguido entre a idéia do empreendedor e a sua efetivação (Souza & Suzigan, 1998). No entanto, para o sucesso de uma incubadora, é fundamental a participação e cooperação das empresas interessadas, dos órgãos de apoio e das instituições públicas e privadas.

As incubadoras universitárias de cooperativas populares, nascidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1996, partiram dos mesmos princípios e objetivos que – à mesma época – marcaram a fundação da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho.

Percebendo a enorme distância que separa a sociedade brasileira e os graves problemas sociais que afetam a maioria absoluta de sua população, essas iniciativas buscam resgatar a dívida que a universidade brasileira tem com sua sociedade, procurando formas alternativas para disponibilizar a todos, sem exceções, o conhecimento técnico-científico acumulado ao longo de séculos de pesquisa científica, em todo mundo.

Objetivamente, professores e pesquisadores, em muitas universidades brasileiras, podem passar a perseguir e investigar formas de intervenção social, através de programas e projetos de extensão que permitiam colaborar de forma eficaz para o combate ao desemprego e para a geração de trabalho e renda, contribuindo desta forma para o desenvolvimento local sustentado. Trata-se de organizar, formar e re-qualificar trabalhadores para possibilitar a entrada no mercado formal de trabalho – seja através de empresas autogeridas ou cooperativas. Este modelo ainda em gestação é, indiscutivelmente, o contraponto a saídas individuais de criação de micro e pequenas empresas e de sujeição a empregos precarizados no mercado da terceirização (Guimarães, 1999).

Box 1 - Etapas previstas no Planejamento de Incubação Universitária Brasileira

(A) Sensibilização dos protagonistas iniciais

Objetivo: identificar lideranças, pessoas interessadas ou responsabilizadas pelas instituições para sensibilizar as entidades e instituições parceiras, e mobilizar outros atores.

Ações: (a) contatos com os responsáveis do poder público municipal pela articulação dos atores; (b) identificação de possíveis interessados entre os professores das IES regionais; (c) contatos com os professores identificados; (d) oficinas com os contatados sobre “Mercado de Trabalho e Economia Solidária”, e “Incubadoras de Cooperativas Populares”.

Detalhamento. A partir da indicação de professores, das IES regionais, por responsáveis do poder público, parceiros sociais anteriores ou outras fontes de informação a respeito de possíveis interessados, a equipe da Prefeitura e/ou a ICP (conforme o caso) estabelecerá contatos com os indicados, visando agendar entrevistas e discussões acerca do projeto. A partir desses contatos com este grupo inicial – formado pelos agentes da Prefeitura e pelos professores inicialmente contatados (que poderão convidar alunos a seu critério) –, a ICP procurará agendar uma oficina sobre “Mercado de Trabalho e Economia Solidária” e “ICP’s”, a fim de iniciar o debate sobre a execução conjunta do presente projeto.

Resultados esperados. Constituição de um grupo de trabalho (GT) formado por dois ou três responsáveis pelo poder público, professores e estudantes das IES regionais dispostos a participar do projeto.

(B) Mobilização dos parceiros sociais

Objetivo: sensibilizar e comprometer os parceiros sociais escolhidos em torno do projeto de construção da ICP, sobretudo as instituições protagonistas (Prefeitura e IES’s).

Ações: (a) planejamento e preparação de um seminário sobre ICP’s, a ser executado na etapa C; (b) visitas e contatos com as Reitorias e Direções das IES’s regionais, sindicatos de trabalhadores, câmaras municipais, entidades empresariais e outras instituições eventualmente ligadas à economia solidária ou à qualificação profissional (Cáritas, Sebrae, Senai/Senac, instituições de crédito etc.). (c) mobilização para a realização do Seminário sobre ICP’s, com convites às instituições contatadas.

Detalhamento. O GT formado na Etapa A (agentes da Prefeitura, professores e estudantes das IES) deverá listar o conjunto de possíveis parceiros sociais interessados no projeto, incluindo Reitorias e órgãos públicos municipais, agendando contatos. A ICP deverá participar dos contatos mais “protocolares”, isto é, aqueles em que a legitimação do projeto dependa da presença da universidade (por exemplo: Reitorias de Universidades, Secretarias Municipais e outros parceiros que o GT julgar necessário). Em paralelo, o GT e a ICP deverão programar e organizar um Seminário sobre Desenvolvimento Local, Economia Solidária e ICP’s com os objetivos propostos na Etapa C, iniciando os convites e a divulgação.

Resultados esperados: mobilização das instituições e agências sociais em torno da idéia da incubadora, preparando o estabelecimento de compromissos recíprocos e parcerias, capazes de facilitar e sustentar sua atuação futura.

(C) Curso sobre Desenvolvimento Local, Economia Solidária e ICP’s

Objetivo: consolidar a parceria e os compromissos do conjunto de atores relacionados e contatados para com a futura ICP, bem como constituir um GT mais amplo e definitivo, que formará a “massa crítica” necessária ao *start* do programa de incubação.

Ações: realização de aulas no formato de seminário, com participação dos atores relacionados, tanto na condição de “público”, quanto de protagonistas dos debates programados, sobretudo dos professores interessados nas IES regionais, e com a participação de convidados especiais de outras IES e instituições públicas.

Detalhamento. A proposta é que o Seminário tenha duração de três ou quatro noites, com painéis sobre os seguintes temas: Desenvolvimento Local / Regional; Papéis do Poder Público e das Universidades no Desenvolvimento Local; Economia Solidária e Desenvolvimento Regional; ICP’s e suas Perspectivas de Contribuição (a duração e os temas são apenas propostas, que podem ser modificadas pelo GT). É importante que cada mesa conte com um convidado externo ao projeto (preferencialmente de projeção nacional, ao menos em uma ou duas mesas), com convidados locais (Poder Público e/ou das IES), com convidados escolhidos entre os parceiros sociais e, eventualmente, com professores ou técnicos da ICP.

Resultados esperados: formação de um GT mais amplo, com a participação de vários professores, estudantes, técnicos da Prefeitura e pessoas das entidades parceiras relacionadas, dispostas a construir e consolidar a ICP.

(D) Curso de Capacitação de Monitores & Definição da Estrutura e Metodologia da ICP

Objetivos: (a) capacitar os professores, estudantes e técnicos envolvidos para a ação de incubação e/ou outras atividades relacionadas com o desenvolvimento da economia solidária na região; (b) definir a estrutura e a forma de funcionamento, específicas da ICP, em função das especificidades regionais e das IES articuladas em torno do projeto.

Ações: reprodução do Curso de Capacitação de Monitores da ICP com seus módulos. Seminário Interno de Deliberação sobre Estrutura e Metodologia.

Detalhamento. O Curso de Capacitação de Monitores da ICP deverá ter as cargas horárias distribuídas em módulos de matérias ou outro formato atraente.

Resultados esperados: (a) consolidação e oficialização da ICP, incluindo a definição sobre sua estrutura e forma de funcionamento; (b) início da operação de projetos de incubação.

(E) Acompanhamento e Assessoria

Objetivos: assessorar o processo de consolidação do funcionamento (estrutura e metodologia) da ICP, disponibilizando tecnologias de atuação e contribuindo para as discussões em torno dos problemas de ação e de execução dos projetos da ICP.

Ações: disponibilidade de materiais, textos, orientações e outros tipos de documentos que auxiliem o debate metodológico da ICP; realização de oficinas, seminários e outros eventos de discussão.

Detalhamento. A ICP poderá/deverá visitar mensalmente a cooperativa incubada, realizando reuniões de avaliação e atendendo demandas específicas.

Resultados esperados: integração solidária entre a ICP e a cooperativa incubada, tornando-a com a capacitação plena para operação.

Fonte: Elaboração Própria.

Os projetos podem nascer da combinação das demandas das prefeituras municipais e dos governos estaduais, de um lado, e da disponibilização do acúmulo teórico e técnico-metodológico realizado pelas universidades e centros de pesquisa, através das *Incubadoras de Cooperativas Populares*, por outro lado.

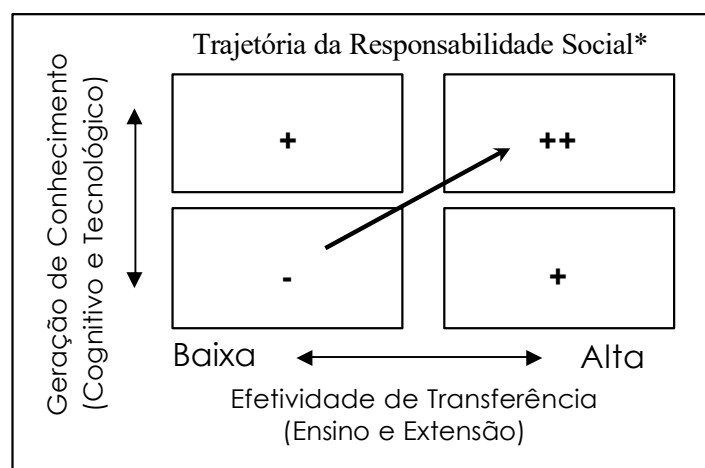
Da primeira parte, estão colocadas as necessidades imperiosas e imediatas de formulação e execução de políticas públicas eficazes de desenvolvimento local e de combate ao desemprego, para a geração de postos de trabalho que combinem perenidade, geração e distribuição de renda, autonomia dos agentes e contribuição ao desenvolvimento local.

De outra parte, está colocada a necessidade de pôr em prática o compromisso acadêmico das universidades e centros de pesquisa, de socialização do conhecimento científico desenvolvido a partir das necessidades da própria sociedade.

Assim sendo, as universidades e centros de pesquisa públicos que sejam centros de excelência podem oferecer aos parceiros constituídos por poderes públicos municipais e outras instituições de ensino superior que estejam interessadas em adquirir e reproduzir a experiências – de forma adaptada às condições históricas específicas de cada localidade, mas preservando os princípios éticos da economia solidária, da autogestão e da educação popular.

Como em uma universidade, a qualidade vem da habilidade desta em ampliar a diversificação de conhecimentos e de agregar valor, a responsabilidade social universitária quanto ao impacto externo pode ser expresso pela combinação de duas dimensões básicas. Uma diz respeito à *capacidade de geração de conhecimentos* através de pesquisa e a outra refere-se à *efetividade de transferência de tecnologia e ensino*. Considerando a capacidade de geração de novos conhecimentos e a efetividade de transferência como elementos essenciais do valor agregado de uma universidade, maior será a responsabilidade social, quanto mais elevados forem os quadrantes de sua atuação (Figura 2).

**Figura 2 - A Responsabilidade Social Universitária:
Geração de Conhecimento vs Efetividade de Transferência**



* Ótica da Responsabilidade social diante do impacto externo.

Fonte: Elaboração Própria.

Entretanto, a universidade, como instituição, em sua forma, seus métodos e seus objetivos primordiais, ainda não está suficientemente eficaz para atender àqueles que se encontram alheios à vida acadêmica. Dotada de uma linguagem de campo social específico, a comunidade universitária em tudo se distingue das comunidades pobres, maiores vítimas da estrutura do mercado de trabalho. É necessário, então, empreender a busca por uma metodologia específica para tal ação, que seja capaz de reduzir as distâncias entre o saber acadêmico e o saber popular, e construir as condições necessárias para que a ação extensionista das incubadoras consiga ajudar a formar e consolidar iniciativas econômicas que sejam ao mesmo tempo viáveis economicamente, autônomas do ponto de vista da gestão (autogestionárias), solidárias do ponto de vista da participação social e sustentáveis do ponto de vista da relação entre tecnologia, mercado e meio ambiente.

A construção desta metodologia ainda é um processo. Com muitas diferenças marcando as estruturas regionais e institucionais das universidades que participam da Rede Universitária de ICP's, as incubadoras têm avançado individual e coletivamente nesta discussão.

6 - À Guisa de Últimas Considerações

O ensino, como uma função mais tradicional e que se consubstancia na transmissão de conhecimentos, oscila entre a formação cultural, privilegiando a socialização do indivíduo, e a formação profissional, configurando-se como meio de ascensão social. Mas seria muito pouco para a universidade apenas difundir o saber acumulado, limitando-se a abordar o conhecimento em função de suas pesquisas.

O que a universidade precisa é cuidar da formação da massa crítica de estudantes e cientistas capazes de dominar o conhecimento teórico, para que possam codificá-lo e aplicá-lo a situações reais que beneficiem as comunidades locais direta ou indiretamente.

Ser socialmente responsável significa que as organizações universitárias devem avaliar constantemente as demandas do seu ambiente, para que possam oferecer ao seu cliente/aluno/cidadão, serviços de educação capazes de sintonizá-los com as profundas mudanças na sociedade, transformando a própria universidade em elemento ativo do processo de

desenvolvimento econômico, social e político das comunidades, através da articulação com atores locais.

Assim, as atividades de extensão devem ser direcionadas pela prospecção das necessidades imediatas e futuras das sociedades locais onde a universidade está inserida. Identificadas essas necessidades, um planejamento estratégico de curto e longo prazo deve ser realizado para balizar o campo de extensão da ação universitária, a fim de definir claramente os níveis de responsabilidade.

A construção de uma Incubadora de Cooperativas Populares é um processo social. A metodologia para a consecução dos objetivos deste projeto deve levar em consideração a necessária flexibilidade para uma dinâmica que envolve um conjunto grande de atores sociais com trajetórias e objetivos diferenciados. Portanto, é um processo que deve ser avaliado e re-planejado a cada fase de sua execução.

7 - Referências Bibliográficas

- ANTEAG. **Autogestão - Construindo uma Nova Cultura nas Relações de Trabalho**. São Paulo: Anteag, 2000.
- BRAGA, A. M.; GENRO, M. E. & LEITE, D. “Inovação na universidade: horizontes de certeza às incertezas”. **Anais do Congresso Internacional de educación**. Buenos Aires, 1996.
- CARDOSO, A. J. G. & ASHLEY, P. A. “A responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção”. In: ASHLEY, P. A. (org.) **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, M. I. & LEITE, D. **Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade**. Campinas: Papirus, 1996.
- DEMO, P. “A educação extensionista: algumas idéias preliminares”. In: CASTRO, J. F. (org.) **A universidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: UFC, 1980.
- FAGUNDES, J. “A função da universidade medida pela extensão”. **Educação Brasileira**, vol. 8, nº 17. Brasília, 1986.
- FREITAS, J. B. “Incubadora de empresas: um instrumento de desenvolvimento”. **Estudos Empresariais**, ano 1, nº 1, janeiro/abril. Brasília, 1996.
- GUIMARÃES, G (org.) **Sindicalismo e cooperativismo: A economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho**. São Paulo, UNITRABALHO: 1999.
- GUTIERREZ, G. L. “Gestão participativa nas universidades paulistas”. **Revista de Administração**, nº 2, abril/junho. São Paulo: Fea/Usp, 1993.
- MELO NETO, F. P. & FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- ROCHA, R. M. G. “Educação extensionista – algumas idéias preliminares”. In: CASTRO, J. F. (org.) **A universidade e o desenvolvimento regional**. Fortaleza: UFC, 1980.
- SINGER, P. & SOUZA, A. R. **A Economia Solidária no Brasil – A Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, M. C. A. F. & SUZIGAN, W. **Inserção competitiva das empresas de pequeno porte**. Campinas: MICT, 1998.